



## **A extensão rural e as estratégias de comunicação na construção da Agenda 21 em Igarassu – Pernambuco <sup>1</sup>**

Irenilda de Souza LIMA <sup>2</sup>  
Ana Paula Gomes da SILVA <sup>3</sup>

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, PE.

### **RESUMO**

Neste trabalho pretendemos enfatizar, o papel e o lugar, da informação e das estratégias de comunicação quando o assunto é sustentabilidade ambiental. Para tal investigação e sistematização da parte empírica analisamos o processo de elaboração da Agenda 21 da cidade de Igarassu em Pernambuco. Acreditamos que várias estratégias de comunicação entram na construção deste importante documento. Enfatizamos para efeito deste trabalho: a participação popular, as informações, a comunicação dialogada, as parcerias e a abordagem educativa. Tais estratégias estão nos princípios para a prática da extensão rural contemporânea a partir de um enfoque dialético, humanista e construtivista.

Palavras chave: comunicação; desenvolvimento sustentável; extensão rural.

### **Introdução**

Sem dúvida que nos assuntos mais recorrentes nas discussões no mundo inteiro tem estado associado à questão do meio ambiente. Esta recorrência, pela própria polissemia que o assunto propõe, assume múltiplas e variadas formas, uma delas associada à questão da globalização ou mundialização do tema, uma vez que, como diz Maschal MacLuan, o mundo se tornou uma aldeia global. Idéia primeiro percebida no campo da comunicação e só depois aplicada a conjuntura econômica e social. (LIMA, 1985; COGGIOLA, 1997).

No contexto de uma economia mundial o tipo de desenvolvimento hegemônico é aquele cuja base mais forte está nos aspectos econômicos, que por sua própria natureza é insustentável e excludente. Esta base econômica caracteriza-se por um geral crescimento instável e por desigualdades sociais e territoriais acentuadas (MILANEZ,

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no NP Comunicação Científica do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Professora da UFRPE e do POSMEX – Programa de Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local – UFRPE. Doutora em Ciências da Comunicação – ECA-USP. E-mail: irenilima@hotmail.com

<sup>3</sup> Mestranda do POSMEX – Programa de Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local – UFRPE. Universidade Federal Rural de Pernambuco. Professora e Bióloga da Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional. E-mail: anapaulabiologia@hotmail.com.



2003). Diante deste quadro: Quais as estratégias mundiais e locais em torno do poderíamos chamar de tentativa de salvar o planeta ou de torná-lo sustentável? Quais as personagens deste processo de construção de um novo modelo de desenvolvimento?

As ideais e os agentes para a construção de um novo modelo de desenvolvimento são locais, individuais, coletivos, mas não podem deixar de prescindir de idéias e políticas de estado e que transcendam ao estado.

Os ideais e os agentes para a construção de um novo modelo de desenvolvimento são locais, individuais, coletivos, mas não podem deixar de prescindir de idéias e políticas de estado e que transcendam ao estado.

Ilustramos a perspectiva mundial, o que primeiro momento em que, oficialmente, a crise ambiental foi apresentada ao mundo, em 1972, na Conferência de Estocolmo e, em seguida no mesmo ano, divulgada pelo Clube de Roma, liderado por D. Meadows, com a publicação do livro “Os Limites do Crescimento”, permitindo que a temática ambiental seja inserida nas decisões políticas, sejam de cunho social ou econômico. E também passou a ser objeto de preocupação e debate por parte da mídia, das entidades representativas, da sociedade civil organizada, particularmente das Organizações Não Governamentais, conforme sinaliza Albagli (1995).

No Brasil, em 1992, esse assunto foi trazido à discussão com a realização do evento internacional, no Rio de Janeiro, que mais se destacou, considerado como marco histórico e político internacional sobre a questão do meio ambiente. Estamos tratando da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD/UNCED), comumente conhecida como ECO – 92, onde o tema meio ambiente se consolidou como prioridade para 172 nações participantes, que assinaram um novo pacto de buscar o desenvolvimento com vista à sustentabilidade ambiental, criando a Agenda 21, documento considerado como o primeiro passo para a melhora na qualidade, composto de 40 capítulos com mais de 800 páginas, detalhando um programa de ação em matéria de meio ambiente e desenvolvimento. (GADOTTI, 2002)

A Agenda 21 Global não é apenas uma agenda ambiental, é uma agenda para o desenvolvimento sustentável, cujo principal objetivo é a promoção de um novo modelo de desenvolvimento. E foi a partir desta perspectiva que vieram as Agendas 21 Locais definidas como “um processo participativo, multissetorial, para alcançar os objetivos da Agenda 21 em cada localidade ou em nível local. Como? Através da preparação e implementação de um plano de ação estratégica, de longo prazo, dirigido às questões prioritárias para o desenvolvimento sustentável local”. (GADOTTI, 2002).



O termo Desenvolvimento Sustentável foi, primeiramente, definido pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, através do Relatório de Brundtland.

Desenvolvimento Sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a habilidade das futuras gerações de satisfazerem suas próprias necessidades. (GADOTTI, 2002 apud BRUNDTLAND, 1987).

Esse conceito foi largamente difundido no Brasil com a Construção da Agenda 21 Brasileira, das Agendas 21 estaduais, das Agendas 21 locais, já que na sua elaboração o planejamento é participativo, permitindo a identificação das potencialidades e fragilidades, porém mais do que isso prepara cada participante para que o mesmo assuma o papel de agente multiplicador.

Compreendemos, portanto, que um outro conceito de desenvolvimento tem relação com esse objetivo de buscar um outro paradigma de desenvolvimento, trata-se do desenvolvimento local. Estas idéias estão presentes na política pública para a assistência técnica e extensão rural e, conseqüentemente, torna-se pauta do agente de desenvolvimento, do extensionista rural.

A concepção de desenvolvimento local que traz a idéia de ser um processo de criação e valorização do local, bem como, dos valores endógenos ao território vivido pelas pessoas de um determinado lugar no caminho de encontrarem possibilidades e atividades que favoreçam mudanças favoráveis nas condições de vida da população. O princípio deste enfoque de desenvolvimento é a valorização e ativação das potencialidades e efetivos recursos locais, incluindo a valorização da cultura local experienciada (DE JESUS, 2003). Este modelo de desenvolvimento também propõe a construção de um projeto estratégico que oriente suas ações a longo prazo e supõe o uso economicamente racional e ambientalmente sustentável dos recursos naturais disponível no território (BRASIL, 2004).

Nos valores endógenos supramencionados são incluídas as mais variadas manifestações culturais. Assim, quando pensamos nas estratégias do local da Agenda 21, conseqüentemente, devemos compreender e promover estas atividades e estes significados de desenvolvimento local e desenvolvimento sustentável como inseparáveis. Estas idéias são pertinentes ao campo da Extensão Rural brasileira contemporânea.

Em busca desse desenvolvimento o município de Igarassu, localizado no estado de Pernambuco, foi contemplado com a sua Agenda 21 Local, em 2005, através do



Ministério do Meio Ambiente. Por se tratar de uma cidade que apresenta potencialidades endógenas, dispondo de recursos naturais, para a agricultura e pesca; capital social; cultura, arte, entre outras.

A cidade de Igarassu possui um dos mais antigos conjuntos arquitetônicos, que reflete a história do Brasil e sua história, assim como belezas naturais, tais como Manguezais, grande vegetação remanescente de Mata Atlântica. O município está dividido em três distritos político-administrativos, Nova Cruz, Três Ladeiras, Igarassu Sede e Cruz de Rebouças. É em Igarassu Sede que se encontra o Sítio Histórico; Nova Cruz apresenta um potencial turístico, caracteriza-se pela intensificação de construções de casas de veraneio e chácaras de lazer, que avançam sobre a praia do rio Timbó; Três Ladeiras é o distrito mais carente, bastante distante do centro urbano, onde as comunidades vivem da monocultura da cana-de-açúcar.

Na construção deste importante documento acreditamos que vários elementos entram, tais como a participação popular e as parcerias. Ao lado destes aspectos outros elementos importantes permeiam toda a caminhada e aparecem todo o tempo de forma visível ou de maneira transversal na implementação da Agenda 21 que são os tipos de comunicação subjacente aos processos.

Então, para justificar a pertinência deste trabalho, podemos dizer que: Compreender as várias modalidades e estratégias de comunicação poderá nos fornecer pistas para as análises e discussões sobre o desenvolvimento local e deste complexo documento que é a agenda 21 e também sobre as ferramentas operacionais para a prática da extensão rural como atividade pertinente a este tipo de enfoque. Acreditamos que a partir deste tipo de análise poder-se-á compreender de que forma as idéias da Agenda 21 são entendidas por quem participa do processo e para os cidadãos do lugar. De que forma o que propõe a agenda é familiar aos conhecimentos e práticas locais. Ou ainda e muito importante é questionar: de que forma instiga a comunidade a apoiar tais idéias?

O presente trabalho tem o objetivo trazer a discussão o papel da informação e o uso das estratégias de comunicação quando o assunto é sustentabilidade ambiental, assunto como já dissemos pertinente a extensão rural e ao ensino e a pesquisa do Programa de Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Especificamente, tendo como elemento concreto para análise e investigação o processo de elaboração da Agenda 21 de Igarassu.

Tais objetivos coadunam com o que afirma Albagli (1995) “discutir o papel da informação e, particularmente, da “informação ambiental”, no contexto desse modelo de



desenvolvimento, [...] pode ser indicativa de uma pauta emergente de temas e questões de ordem metodológica, técnica e política, sobre a qual os profissionais da área de informação devem refletir”.

Para o atendimento aos objetivos propostos neste trabalho o percurso metodológico se deu ao fazermos uso de análise documental, usando para tal a proposta oficial da Agenda 21. Em um primeiro momento Utilizamos ainda a observação direta nas visitas às comunidades e algumas participações e ou presença nas reuniões do processo da construção da agenda que começou em fevereiro de 2003. Esta Agenda de Igarassu foi elaborada, seguindo os princípios metodológicos da Agenda 21 Brasileira e Pernambucana, que priorizam a participação popular.

Desta forma, foi envolvida toda a população, pescadores e pescadoras, agricultores e agricultoras, poder público municipal e estadual, ONG's, empresas (indústrias locais), professores e alunos da rede pública e privada, para que pudessem, de algum modo, contribuir na formação de tão importante documento, que tem por objetivo orientar as ações dos gestores rumo ao desenvolvimento sustentável.

Na abordagem da Agenda 21 foram definidos e discutidos os temas Cidade Sustentável, Sustentabilidade Econômica, Turismo Sustentável, Redução das Desigualdades Sociais e Uso e Gestão dos Recursos Naturais. (BRASIL, 2004). Localizado neste contexto efervescente de exigências por provocar a rediscussão da visão convencional do que seja desenvolvimento e integrar novas dimensões, este trabalho procura colocar em destaque um tema relevante do novo debate, a possibilidade das estratégias de comunicação contribuir na busca pelo desenvolvimento sustentável, apoiado nos estudos sobre a Construção da Agenda 21 de Igarassu.

Em relação a essa abordagem a comunicação tem assumido papel importante na divulgação da informação ambiental, como também como facilitadora nos processos de mobilização e sensibilização na elaboração de documentos de cunho ambiental, constituindo um elemento chave no modelo de desenvolvimento sustentável, particularmente em três princípios de Becker (1992) citados por Albagli (1995) que os considera importantes.

**O princípio da eficácia** no uso de recursos, já que a informação é requisito básico na estruturação de um processo produtivo menos consumidor de matérias e energia; **O princípio da diversidade**, considerando que a informação é fundamental no reconhecimento e potencialização da diversidade de mercados e capital humano nos locais; **O princípio da descentralização**, à medida que a informação é essencial para



instrumentalizar os diferentes atores para atuarem em parceria, com responsabilidade e competências definidas. (ALBAGLI, 1995, p. 121)

Nos processos participativos a comunicação, também, tem uma função pedagógica, identificado por Tauk Santos (2005) em pesquisa realizada no município de Camaragibe, que assumiu uma gestão participativa com vista ao desenvolvimento local sustentável, onde as estratégias de comunicação foram aplicadas em reuniões de avaliação e planejamento, oficinas, capacitações, entre outros, eram de dinâmicas de grupo, jogos, cartazes, desenhos, jornais e conversas interativas para obter real participação popular.

Essa função “pedagógica” compreende os meios de informação e comunicação, que enquanto construtores de significados atuam decisivamente na formação dos sujeitos sociais, em dois grandes campos: o da comunicação (atentando para as estratégias de linguagem) e o da educação (sublinhando o problema da constituição do sujeito, de sua produção e formação). (CITTELLI, 2000)

As idéias de Tauk Santos e Citelli supramencionadas nos permitem relacionar esses elementos com os que estão presentes na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural Brasileira - PNATER (BRASIL, 2004) que é objeto de estudo do programa de Extensão Rural e Desenvolvimento Local – POSMEX, da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, que as autoras deste trabalho participam.

Então, na PNATER os aspectos de sustentabilidade, participação, democratização dos processos, valorização do endógeno e da abordagem educativa, entre outros elementos estão recomendados nos princípios que regem a proposta do governo brasileiro através do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que observa o seguinte:

Desenvolver processos educativos permanentes e continuados, a partir de um enfoque dialético, humanista e construtivista, visando a formação de competências, mudanças de atitudes e procedimentos dos atores sociais, que potencializem os objetivos de melhoria da qualidade de vida e de promoção de desenvolvimento rural sustentável. (BRASIL, 2004, p.7)

Quanto a função da educação e da comunicação no caso da Agenda 21 estes elementos estão indissociáveis como disse há algum tempo atrás Juan E. D. Bordenave (1981) que são muitos os comunicadores que não percebem que estão educando quando comunicam e há educadores que não sabem comunicar. O autor faz analogia da necessidade desta integração, comparando esta união com a inseparabilidade de um velho matrimônio camponês.



## **Desenvolvimento**

Igarassu, município de Pernambuco, possui um dos mais antigos conjuntos arquitetônicos, assim como belezas naturais, tais como Manguezais, remanescente de Mata Atlântica. Economicamente caracteriza-se por apresentar agricultura comercial e de base familiar, a pesca (peixes e mariscos) e indústria.

Segundo levantamento da equipe que elaborou o diagnóstico da Agenda 21, o município é carente de instituições de pesquisa e desenvolvimento ecológico e até mesmo cultural. Possui dois centros de pesquisa ambiental, o Refúgio Charles Darwin e a base de Pesquisa de Aves Migratória que pertence a UFRPE, na ilha Coroa do Avião. Em termos culturais na cidade há pouca representatividade, com alguns grupos de dança e teatro; e artesanato. (BRASIL, 2004)

Das atividades econômicas observadas, destaca-se o setor primário, cuja população rural atinge 20,05%, com as atividades de agricultura (comercial e de base familiar), pecuária, agropecuária, horticultura, avicultura e apicultura. (BRASIL, 2004)

A pesca representa também uma fonte de renda para a população local, desempenhando importante papel na sobrevivência das comunidades de Nova Cruz e Cuieras.

O parque industrial é bastante diversificado, concentrado às margens das rodovias BR – 101 e PE – 41. As indústrias são de produção (açúcar e álcool) - Usinas São José e Santa Tereza; Metalúrgica – Musashi do Brasil; Química – Companhia Agroindustrial de Igarassu; e de Alimentos – Selletto Abatedouro. A distribuição dessas indústrias, segundo diagnóstico da Agenda 21 é a seguinte: 34,6% das unidades são de gênero químico e produtos de matérias plásticas e 23,7% dos gêneros metalúrgicos, mecânicos e material elétrico/eletrônico e de comunicações. (BRASIL, 2004)

Essas concentrações de indústrias elevaram o grau de degradação, em razão da inexistência de rede esgoto nas áreas onde estão localizadas, tendo como resultado a poluição dos rios e estuários integrantes do rio São Domingos.

Essa situação de degradação sempre incomodou a população, principalmente aqueles que vivem da pesca de peixes e mariscos.

Mas, foi recentemente que a população de Igarassu despertou para o assunto meio ambiente, antes apenas tratado nas escolas, mas que alcançou às famílias de agricultores e agricultora, pescadores e pescadoras, nos distritos mais distantes do centro da cidade, através do trabalho de sensibilização de mobilização realizados no processo de Construção da Agenda 21 do município.



Primeiramente foram realizadas oficinas de capacitação com representantes e líderes de associações comunitárias, cooperativas, conselhos, e outros, de temas concernentes a desenvolvimento sustentável.

Essa estratégia teve por objetivo preparar cada participante, morador, para assumirem o papel de agente multiplicador em seus locais de atuação. Para que nas próximas etapas, que seriam as oficinas de mobilização e de proposição, a população já estivesse motivada a participar. Esta mobilização encontra apoio teórico nas idéias de Toro e Werneck (2004) quando dizem que mobilizar é convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum.

Para conseguir que todos participassem das oficinas foi necessário fazer uso de estratégias de comunicação na divulgação com, cartilhas educativas, folders, cartazes, jornal local, rádios, além desses instrumentos de comunicação, também foi necessário a entrega de convites nas residências que não tinham acesso aos supracitados meios de comunicação.

Resultado das estratégias: Os resultados positivos não apareceram de imediato. A princípio parecia que não estava dando certo. Nas nossas observações este fato se dava porque quem entregava o material de comunicação era alguém totalmente desconhecido da população e aquém do assunto. Havia uma dissociação de quem falava com o assunto e o interesse local. Um estranho, uma pessoa sem as credibilidades de pertencimento e de identidade com o grupo. Tal observação ilustra o que seria para Marcondes Filho (1998), uma verdadeira reviravolta no conceito de comunicação, e são modificados os conceitos de emissor, receptor, canal, mensagem. Atualmente fala-se das próprias mensagens como agentes, atuando nos sistemas interativos e virtuais, como produtoras de outras mensagens e sentidos.

Um outro autor fala da mesma coisa e isso lustra o pensamento de um dos maiores nomes na história da teoria da comunicação que é Marshal McLuhan. No pensamento de McLuhan, as primeiras mídias eram extensões do corpo e dos sentidos, dos olhos e dos ouvidos humanos, as telecomunicações constituem não somente as extensões do sistema nervoso central, mas técnicas que sobre ele rebatem, determinando uma nova modelagem da sociedade. O principal legado de sua obra encontra-se na divulgação da idéia de que o meio é a mensagem; a comunicação entendida em sentido amplo é determinada em longo prazo, pela natureza dos meios de comunicação (LIMA, 1985).

Então, uma pessoa do grupo, um morador, passou a acompanhar a entrega dos convites, como também a explicar do que tratava o evento que o cidadão estava sendo convidado.



Desta forma, a presença passou a ser bem mais representativa, principalmente daqueles que moram em áreas distantes. Esse resultado nos reporta ao que diz Toro e Werneck (2004) “quanto maior a cobertura do meio de comunicação, menor a sua efetividade”, por buscar a efetividade a mobilização social deve dar atenção especial a uma comunicação de menor cobertura, mas de maior impacto, apesar de que a presença na mídia seja elemento decisivo no processo de mobilização.

Para a efetiva participação, foi aplicada uma adaptação do Método de Resolução de Problemas, utilizado na elaboração da Agenda 21 Estadual, trazido pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente - SECTMA, em que todos participantes tomavam ciência das estratégias, diretrizes e ações a serem aplicados no município para a sustentabilidade ambiental. Em seguida recebiam fichas de cores diferentes (verde, amarelo e vermelho) que representavam, respectivamente, complemento de umas das propostas, uma nova proposta ou retirada de um das propostas, tendo 3 minutos para defender e contribuir. A técnica despertou o interesse para maior participação, principalmente por parte da população do âmbito rural, permitindo que a Agenda 21 também se tornasse um instrumento de extensão rural, já que tem cunho educativo e informativo em todo seu processo de elaboração.

Para Lima (2006), falando sobre a importância da participação na trajetória do desenvolvimento local e transição do novo modelo de extensão rural brasileira, diz que esta é uma condição sine qua non no que tange a legitimidade das estratégias de comunicação pelo diálogo, requerida pela proposta que aporta o atendimento ao requisitos deste tipo de desenvolvimento. Em Celso Furtado (1996) encontramos uma citação sobre desenvolvimento que coaduna muito bem com o que se deseja numa perspectiva de promoção de desenvolvimento local sustentável na implantação da Agenda 21 em Igarassu, nos aspectos do associativismo e de desenvolvimento local posto no processo. A importância deste conceito é também reconhecida pelo fato de trazer consigo a integração de um outro modelo de desenvolvimento e as idéias de coletivo e de participação.

É quando a capacidade criativa do homem se volta para a descoberta de suas próprias potencialidades, quando se empenha em enriquecer o universo de que participa, que cabe falar em desenvolvimento, o qual somente se efetiva quando a acumulação conduz à criação de valores que se difundem na coletividade (FURTADO, 1996: 5).

Ainda sobre esse processo com exigência de ser participativo, Toro e Werneck (2004) diz que participação é um ato de liberdade, bem como o mesmo considera a mobilização como uma ato de comunicação. E esse conceito se aplica ao município de Igarassu, pois



os atores envolvidos no processo de elaboração da Agenda 21, liberaram desejos, insatisfações, idéias, enfim, se comunicaram no momento em que lhe foi oportunizado e isso porque o processo foi participativo. Que teve sua continuidade, na sensibilização, com a realização de foram de seminários em 10 (dez) escolas do ensino fundamental II, que discutiram as questões ambientais do município. O que deixa evidente a abordagem educativa no sistema escolar e no processo de educação popular.

Com isso percebe-se claramente que a comunicação tem uma vocação educativa, muito própria dos processos e estratégias que visem alcançar o desenvolvimento local e sustentável da Agenda 21.

Hoje, um importante aliado dos municípios que possuem suas Agendas 21 locais é o Programa de Rede Brasileira das Agendas 21 Locais, que reuni representantes municipais, componentes do Colegiado Nacional, para coordenar os processos para troca de experiência e metodologias, objetivando o acompanhamento da implementação das Agendas, mediante o intercâmbio em reuniões, articulado principalmente pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA e Movimentos Sociais para o Desenvolvimento e Meio Ambiente – FBOMS, além de disseminar informações e estimular outros municípios. A criação dessa Rede permite a continuidade da participação popular através do Fórum ou Conselho de Desenvolvimento Sustentável Local.

### **Considerações Finais**

Vivemos o paradoxo da pós-modernidade em que a linguagem, a informação ou o discurso ocupam o centro da ciência. Descobrimo a linguagem como uma ponte na criação das relações. A teia com os outros mundos e o espaço do dizer e da produção cultural. A informação passou a ser o elemento de maior importância para o mundo contemporâneo. (NARANJO, 2002; SANTOS, 2005)

A grande questão é: até que ponto a totalidade da informação ambiental tem surtido efeito real nas atitudes humanas? Sem sombra de dúvidas, a informação ambiental foi totalmente democratizada. Internet, televisão, vídeos, rádios, revistas, jornais, folhetos, rodas de conversas e a participação.

Igarassu obteve essa informação, mas qual o uso que a população tem feito? Quais as redes de comunicações serão estabelecidas depois da socialização de tais informações ambientais? O processo continua e as estratégias de comunicação estão atendendo suas expectativas e em breve poderemos tentar responder estas perguntas no seguimento do processo, pretendemos continuar a pesquisa. Enfatizando, ainda, que a comunicação,



com ênfase no diálogo e na participação tem por princípio uma função e vocação pedagógica, e conseqüentemente, incide sobre uma abordagem educativa, princípio da prática da extensão rural. Esta vocação é própria dos processos e estratégias que visem alcançar o desenvolvimento sustentável. O desafio está na caminhada, na processualidade, rumo a implantação de como transformar informação em conhecimento (LEGROUX, 2008) e fazer a transposição do conhecimento para a atitude diante da vida que repercutirá meio ambiente. Neste aspecto a chamada é para toda a sociedade contemporânea e não somente para a população de Igarassu em Pernambuco.

## REFERÊNCIAS

ALBAGLI, S. **Informação e desenvolvimento sustentável**: novas questões para o século XXI. In: CI. Inf. Brasília, v. 24, n 1, p. 119-125, jan./abril, 1995.

BORDENAVE, J. E. Diaz e WERTHEIN, Jorge (Org.). **Educação Rural no Terceiro mundo**. Trad. Paulo Roberto Kramer e Lúcia Tereza Lessa Carregal. Rio de Janeiro. Paz e terra. 1981.

BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Política Nacional de ATER** – Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_, MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Agenda 21 de Igarassu**. Igarassu, 2004.

CITELLI, A. **Comunicação e educação**. A linguagem em movimento. São Paulo: Ed. SENAC, 2000.

COGGIOLA, Osvaldo. **Globalização e Alternativa Socialista**. In Globalização e Socialismo. Osvaldo Coggila (orga) 109-141. Xamã, 1997.

FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1996.



GADOTTI, M. **Agenda 21 e carta da terra**. Instituto Paulo Freire, 2002. Disponível em: [www.paulofreire.org/twiki/pub/Institucional/MoacirGadottiArtigosIt0032/Agenda\\_21\\_Carta\\_da\\_Terra\\_2002.pdf](http://www.paulofreire.org/twiki/pub/Institucional/MoacirGadottiArtigosIt0032/Agenda_21_Carta_da_Terra_2002.pdf). Acesso em 15 de junho de 2008.

LEGROUX, Jacques. De L'information à la Connaissance. Paris. L'Harmattan. 2008.

LIMA, L. O. **Mutações em Educação Segundo McLuhan**. Petrópolis: Vozes, 1985

LIMA, I. S. **A participação como estratégia no contexto da transição de uma nova prática da extensão rural para o desenvolvimento local**. Revista UNISINOS (online)-Universidade do Vale do Rio dos Sinos v. I, nº 3, Julho 2006. <http://www.unirevista.unisinos.br>. Acesso em 29 de junho de 2008

MARCONDES FILHO, C.. **Cenários do Novo Mundo**. São Paulo: Edições NTC, 1998.

MILANEZ, Francisco. Desenvolvimento Sustentável. In Cattani, A. David. (org). A Outra Economia. Porto Alegre: Vaz Editores. 2003. 76-82.

NARANJO, C. **Mídia Política e Educação**. Transcrição da entrevista de Claudio Naranjo Marcos Menezes, do CMI - Brasil, Junho, 2002. Disponível em: <http://ecologiadigital.net/pblog/naranjo.htm>. Acesso em 27 de junho de 2008.

SANTOS, B.. A globalização e as Ciências sociais. Boaventura Santos (Org.). São Paulo: Cortez, 2005.

TAUK SANTOS, M. S. **Estratégias de comunicação para o desenvolvimento local e os desafios da sustentabilidade**. In: Extensão rural e Desenvolvimento local. Jorge Roberto Tavares Lima (Org.). Recife: Bargaço, 2005.

TORO, J. B. e WERNECK, N. M. D. **Mobilização social**: um modo de construir a democracia e a participação. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.